



FECTRANS

O BOLETIM DA FECTRANS

# O BILHETE

JUNHO 2016 - NÚMERO UM

## NESTA EDIÇÃO:

NA PORTWAY 2

NO SERVIÇO PÚBLICO 2

NOS CTT 2

LEGALIZA-TE 3

PARAGEM OBRIGATORIA 3

ENTREVISTA 4

JUVENTUDE 4

## PERGUNTAS RÁPIDAS AO ABÍLIO CARVALHO:

### Onde nasceste?

Lisboa, Janeiro de 72.

### Onde trabalhas?

IP - Infraestruturas de Portugal, Bobadela.

### Tarefas na FECTRANS?

Coordenar a actividade sindical dos ferroviários.

### Desafios?

Reforçar a intervenção do Sindicato da CGTP-IN no sector ferroviário.

### Um desejo?

Reverter o processo de desmembramento do sector.

## EDITORIAL - UM BILHETE DE LUTA

Apresentamos o boletim “O Bilhete”, que será mais um elemento de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores do sector dos transportes e comunicações na sua luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho.

Este boletim também será um “Bilhete” de partilha de informação com os utilizadores destes serviços e população em geral acerca dos ataques feitos à existência e qualidade do serviço público.

Este será o bilhete que adquiriremos para utilizar o transporte da luta, será o bilhete que ad-

quiriremos para ir na via rápida da mobilização e será o bilhete postal que ajudará ao fortalecimento da unidade de quem trabalha.

Com este bilhete continuaremos a luta geral pelo aumento dos salários, contra qualquer discriminação salarial, pela redução do horário de trabalho, pelo trabalho com direitos, pelo alargamento da contratação colectiva a todos os trabalhadores.

Com este “Bilhete” reforçaremos a luta pela defesa do carácter público do sector dos transportes e comunicações, contra os despedimentos coletivos

e contra a precariedade no trabalho.

Somos uma estrutura sindical assente na organização e força dos trabalhadores, que tem que ser utilizada em defesa dos seus interesses de classe.

Também com o “Bilhete” esta luta continua e contamos contigo para ajudar a passá-lo.

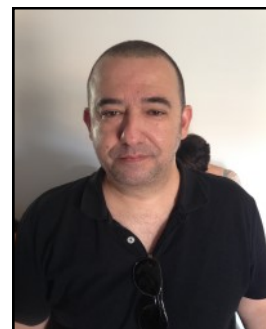


FECTRANS - Federação Sindical

## AGORA FALO EU - ABÍLIO CARVALHO

**Defender e revigorar a Escola Pública** de qualidade, democrática e inclusiva é crucial para salvaguardar a igualdade de oportunidades, permitir o desenvolvimento integral de todos os indivíduos e contribuir também para a elevação das qualificações

e o desenvolvimento do país. Uma política de educação para o futuro do país tem de passar pela gratuidade de todos os graus de ensino e de garantir o direito de acesso, independentemente dos níveis de rendimento das famílias.



Abílio Carvalho



## NA PORTWAY E NOS AEROPORTOS

O recente anúncio do adiamento do despedimento colectivo na Portway foi um importante sinal de que as lutas dos trabalhadores começam a dar frutos.

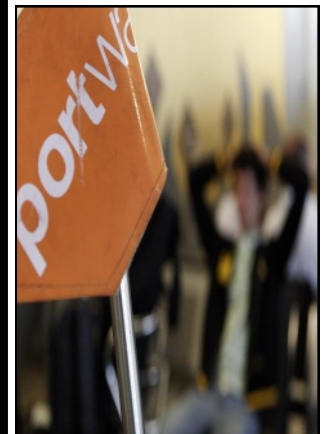
A companhia aérea Ryanair, sobre o falso pretexto de realizar a auto-assistência aos seus aviões, está na verdade a entregar esse serviço a empresas sem licença para operar ou que não aplicam um instrumento de regulamentação colectiva do trabalho, conforme a Lei do nosso

país exige. Num estado de direito não se podem admitir estas cada vez mais frequentes formas de exploração dos trabalhadores, um verdadeiro “dumping social” que põe trabalhadores a concorrer no mercado como se de mercadorias se tratassem.

O ministério da tutela tem feito vista grossa à resolução aprovada na Assembleia da República pela maioria dos deputados e que determinava a imediata suspensão da liberalização do mercado

do sector da assistência em escala e a criação duma comissão com as organizações representativas dos trabalhadores que travasse a precariedade no setor.

O Governo parece esquecer a base de legitimidade à sua governação. Nos dias 1, 2 e 3 de Julho os trabalhadores do “handling” entrarão em greve para continuar a travar este despedimento colectivo na Portway e o esquema da Barraqueiro para destruir a SPdH Groundforce.



Assistência em escala, a ameaça do despedimento colectivo.

## NO SERVIÇO PÚBLICO

Com a luta, os trabalhadores conseguiram dificultar e mesmo travar os objectivos do anterior governo de privatizar tudo que fosse público. Foram quatro anos de intensa luta colectiva e hoje podemos dizer que conseguimos travar parte significativa da ofensiva dos grupos económicos e financeiros que sustentaram o anterior governo, aos quais este pretendeu entregar tudo o que eram empresas do sector público.

Não conseguimos travar a privatização dos aero-

portos, dos CTT e de parte da TAP, mas a reversão destas empresas para o sector público tem que assumir destaque na nossa acção.

Mas perante a luta, o Governo não conseguiu lançar a privatização do sector ferroviário (apesar da fusão da REFER com a EP), da Transtejo e da Soflusa, tiveram que anular a privatização da EMEF e, na sequência da derrota da direita para a qual o Movimento Sindical Unitário da CGTP-IN, deu um contributo determinante, foram anulados

os concursos de privatização da Carris, dos Metros de Lisboa e Porto e da STCP.

Mas foi já este governo que concretizou a privatização da CP-Carga, o que é um sinal de pretender manter o processo de degradação e publicação do sector ferroviário. Agora é preciso continuar a luta pela colocação de todo este sector ao serviço do País, da necessidade dos utentes e com o respeito pelos direitos de quem trabalha.



A luta pela defesa do serviço público não parou.

## NOS CTT

**72 milhões** de lucros foi o resultado que a administração dos CTT apresentou relativamente ao ano passado e que agora, por a empresa ter sido privatizada, vão para os “bolsos” de grupo económicos e financeiros, em vez de revertermos para o Orçamento do Estado e serem colo-

cados ao serviço do País. Enquanto apresentava este resultado, a administração (a mesma que conduziu a privatização) negou um aumento salarial justo àqueles que geraram este lucro, os próprios trabalhadores, utilizando os sindicatos amarelos da empresa, para imporem um

“aumento” de 10€ por mês, ou seja, 33 centimos por dia. Apesar da discriminação para fazer valer o “acordo amarelo”, a luta prossegue em todas as frentes, dinamizada pelo SNTCT, porque não se pode aceitar “milhões para os patrões e tostões para os trabalhadores”.



Os milhões e os tostões.

## LEGALIZA-TE!

### O Direito a Férias

#### 1. A quantos dias de férias tenho direito?

O Código do Trabalho impõe uma duração de 22 dias. No entanto, sempre que os trabalhadores estiverem protegidos por um contrato colectivo de trabalho que preveja o

direito a mais dias, será essa convenção que deverá ser mantida e cumprida.

#### 2. Quem marca as férias e quais os limites do empregador?

As férias são marcadas por acordo entre trabalhador e empregador exceptuando-se os casos em que a empresa encerre durante o período de 1 de Maio a 31 de Outubro. Nos casos de falta de acordo, o empregador terá de consultar as organizações representativas dos trabalhadores e marcar as férias para o período compreendido

entre 1 de Maio e 31 de Outubro. O período mínimo de dias de férias consecutivos não pode ser inferior a dez dias úteis.

#### 3. E se adoço durante as férias?

O gozo das férias não se inicia, ou interrompe-se, sempre que o trabalhador estiver temporariamente impedido por doença ou outro facto que não lhe seja imputável, desde que haja comunicação do mesmo ao empregador. A remarcação das férias será feita nos mesmos limites previstos pela Lei.



## PARAGEM OBRIGATÓRIA

### Lutas com passado

Ao longo de gerações, os trabalhadores do sector dos transportes e comunicações, mobilizados em torno das suas organizações de classe, ou com iniciativas autónomas quando os sindicatos fascistas lhes negavam o direito de lutar, construíram o vasto património de direitos colectivos que hoje constam na lei e/ou na Contratação Colectiva.

É uma luta que se perde no tempo e, na his-

tória do País, é possível encontrar registos de greves nos construtores do caminho de ferro e, no período da República, na noite negra do fascismo e após a Revolução de Abril foram muitas as lutas dos trabalhadores, nas mais variadas formas, algumas com importantes vitórias, outras nem tanto, mas que serviram para recolher ensinamentos e experiências para que a luta a seguir tivesse êxito.

Muitíssimas destas lutas tiveram como resposta violentas repressões por parte do poder dominante, sendo célebre o vagão fantasma, instalado em frente das locomotivas, em que os grevistas eram colocados, para

garantir que não havia sabotagens.

Recuperar esta nossa memória colectiva é o objectivo deste espaço do nosso Bilhete, pelo que, desde já, desafiamos todos aqueles que tenham informações sobre lutas passadas, nos façam chegar para as divulgarmos e, assim, todos nós e, em particular as gerações mais novas, tenhamos a consciência que temos um dever para todos aqueles que, nalguns casos, com a sua própria vida, lutaram pela construção de uma sociedade justa e solidária e, que hoje, a melhor homenagem que lhes podemos prestar é continuar essa luta por esse objectivo.



	GREVE		LISBOA   LINHA	
Operários	19-03	20-03	19-03	20-03
Condutor	19-03	20-03	19-03	20-03
Assistente	19-03	20-03	19-03	20-03
Atendente	19-03	20-03	19-03	20-03
Atendente	19-03	20-03	19-03	20-03
Atendente	19-03	20-03	19-03	20-03
Atendente	19-03	20-03	19-03	20-03
Atendente	19-03	20-03	19-03	20-03
Atendente	19-03	20-03	19-03	20-03
Atendente	19-03	20-03	19-03	20-03
Atendente	19-03	20-03	19-03	20-03



## ENTREVISTA

São muitos os exemplos de conquistas dos trabalhadores a partir do momento em que se organizaram e a partir daí reivindicaram, lutaram e obtiveram vitórias importantes.

Um dos casos é o da Covibus, empresa do grupo Avanza, onde, no espaço dos últimos 2 anos, se passou de uma sindicalização residual, para total, tendo-se neste período desenvolvido dois processos reivindicativos com resultados muito positivos.

Vamos à conversa com Manuel Castelão, dirigente da Fectrans, para falar acerca desta experiência:

**O Bilhete:** O que andou primeiro, a apresentação das reivindicações, ou a sindicalização?

**Castelão:** O STRUP, em contacto com os trabalhadores, constatou

uma tremenda discriminação destes nas suas condições salariais e de trabalho, pelo que começou por efectivar reuniões com 2 a 3 trabalhadores, até conseguir chegar à conversa com todos, ao longo de diversas reuniões para o efeito, construindo as reivindicações e, ao mesmo tempo, sindicalizando 30 dum total de 36, elegemos 3 delegados sindicais e, a partir daí, foi um passo para a Acção Reivindicativa.

**O Bilhete:** quais as ações que desenvolveram?

**Castelão:** Já com a participação dos trabalhadores, construiu-se e apresentou-se à empresa um Caderno Reivindicativo sustentado na organização sindical criada. Como não houve respostas positivas, avançámos com 2 dias de greve (100% de adesão nos 2 dias de todos

os sindicalizados, derrotando também os serviços mínimos), que nos trouxeram respostas imediatas permitindo o acordo.

Os trabalhadores ganharam confiança, a sindicalização é total e, já este ano, perante novo Caderno Reivindicativo e na falta de resposta da empresa, marcamos nova greve, mas, tal como na greve anterior, o patronato, cedeu a todas as reivindicações 2 horas antes da greve se iniciar, permitindo, mais uma vez, o acordo.

A partir das reivindicações, organizamos os trabalhadores e, futuramente, com base nessa organização criada e no seu envolvimento, não temos dúvidas que temos melhores condições para reivindicar e defender estes trabalhadores, porque, o medo de ontem já não existe hoje.



### COVIBUS

Organizar, Lutar, Conquistar

Um Caso Exemplar

### Citação

“A história da sociedade até aos nossos dias é a história da luta de classes.”

Karl Marx

Filósofo Alemão

1818 - 1883

## JUVENTUDE

### Não somos descartáveis!

Os jovens trabalhadores são as vítimas maiores da política capitalista e, por isso, é preciso afirmar as suas reivindicações, designadamente, exigir medidas legislativas de combate eficaz à precariedade laboral e à resolução de outros problemas concretos que afectam as suas vidas, bem como reclamar uma mudança efectiva de

política para um Portugal com Futuro!

Na InterJovem da FECTRANS queremos dar o nosso contributo para a luta colectiva por melhores salários, por trabalho com direitos, pela redução do horário de trabalho, pela protecção das carreiras profissionais, pela defesa do carácter público do sector. Para isso, tomamos nas nossas mãos o destino das

nossas vidas.

A campanha contra a precariedade que, abrangendo em particular os jovens, é transversal a todas as gerações, terá a nossa participação activa, de modo a que, nos próximos quatro anos, a decisão aprovada no XIII Congresso da CGTP-IN, atinja os seus objectivos de afastar das relações laborais este flagelo social.



Um alerta a colocar nos locais de trabalho.